

Gravação: (233_reuniao_plenaria_ordinaria_-_cades_-_realizada_21.07.2021)

Duração: 2hs

Legenda	Descrição
(comentário aqui)	Comentários do transcritor. Exemplo: (vozes sobrepostas)
[00:00:00]	Marcação do tempo onde se inicia uma fala
(inint) [00:00:00]	Trecho não compreendido com clareza
Ahã, uhum	Interjeição de afirmação, concordância
Ãhn	Interjeição de dúvida, de incompreensão, ou pensando
Hã	Interjeição que exprime que o interlocutor aguarda a continuidade da fala da outra pessoa
Orador A	Carlos
Orador B	Liliane
Orador C	Ana Carolina
Orador D	Carlos Alberto
Orador E	José Ramos
Orador F	Vivian
Orador G	Cira
Orador H	Célia
Orador I	Rosélia
Orador J	Meire
Orador K	Mônica

Orador L	Sônia
Orador M	Sérgio

Início da Transcrição [00:00:01]

Orador A: Parágrafo 2º do Artigo 8º do Regimento Interno. Resolução de número 140, CADES 2011, que se realiza na data de hoje, 21 de julho de 2021, quarta-feira, às 10h15min, de forma virtual, pela plataforma Microsoft Teams. Nessa oportunidade, gostaria de apresentar a nossa nova coordenadora geral do CADES, a senhora Liliane Neiva Arruda Lima, que irá nos auxiliar no planejamento, controle e execução das atividades do CADES. Dessa forma, dou minhas boas-vindas à nossa coordenadora, para quem passo, nesse ato, a palavra para darmos início ao expediente do dia. Muito obrigado e boa reunião a todos nós.

Orador B: Obrigado, secretário Carlos. Agradeço a oportunidade de ser a nova coordenadora do CADES. Estou aqui para dar continuidade, no lugar do Devali e estamos à disposição de vocês. À disposição, poder ajudar cada um de vocês. Qualquer dúvida também que tiver, só encaminhar um e-mail para mim. Dessa forma, vamos iniciar a reunião, passando para o expediente. Aprovação da ata da 231ª reunião ordinária do CADES. Dessa forma, colocamos em votação a aprovação do referido item: os conselheiros e conselheiras que concordarem com a aprovação desta ata, permaneçam como estão os que discordarem, por favor, levantem a mão. Está unânime, não é? Então, foi aprovada por unanimidade a ata de hoje. Então, passamos para o primeiro ponto do expediente. A apresentação do projeto de construção e publicação da agenda 2030, pela senhora Ana Carolina de Marco, representante da Secretaria de Governo Municipal SGM. Passo, então, a palavra para a senhora Ana Carolina Marques para começar a apresentação.

Orador C: Olá, bom dia a todos. Escutam-me?

Orador B: Bom dia, sim. Escutamos você bem.

Orador A: Sim.

Orador C: Muito obrigado, secretário. Muita obrigada, Liliane, pelo convite.

Orador B: Obrigada, seja bem-vinda.

Orador C: Eu vou compartilhar a minha tela.

Orador B: Tudo bem, pode começar.

Orador C: Vocês conseguem ver?

Orador B: Sim.

Orador A: Sim.

Orador C: Certo. Bom, então, acho que, primeiro de tudo, agradecer ao convite, o interesse por ceder um tempo da reunião de vocês para apresentação da Agenda Municipal de 2030. Eu não sou representante de governo, oficialmente, no conselho, mas a Gabriela e a Marina me estenderam o convite para apresentar para vocês o que nós fizemos, ao longo dos últimos anos e o que é, efetivamente, este documento. A Agenda Municipal 2030 foi lançada, publicamente, em maio deste ano. Houve um evento solene, no início da semana passada, com participação do prefeito, para publicação externa. Então, o que eu vou trazer aqui para vocês é a apresentação que já foi feita pela secretária executiva Vivian Satiro e trazer algum histórico a mais, complementar, e me colocar à disposição para dúvidas, para nós conversamos, uma vez que a Convenção Municipal dessa também tem uma interface com o CADES. Do ponto de vista da legislação, a Agenda Municipal de Desenvolvimento Sustentável, ela se tornou obrigatória a partir da publicação da Lei 16817, em 2018. Então, apesar de a Agenda de Desenvolvimento Sustentável da ONU já ter sido publicada em 2015, a prefeitura já ter iniciado àquele tempo, esforços para implementação do compromisso, a agenda 2030 virou diretriz das políticas públicas municipais, oficiais, em 2018. Para nós, é um grande marco, porque nos colocou a obrigação de coordenar esses esforços frente à implementação e monitorá-los de forma estruturada. Então, a sanção da Lei, para nós, é um grande marco para o avanço da política. A partir disso, então, estabelecido o programa de implementação da Agenda Municipal 2030 no município, foi publicado o decreto municipal em 2019, regulamentando a Comissão Municipal. Já havia sido feito um esforço anterior, em 2017, de instituição dessa comissão municipal em função da iniciativa do legislativo de publicação da Lei. Esse esforço foi paralisado e foi reiniciado em 2019, com o resgate do processo seletivo e a reconvocação das instituições para candidatura. Com essa publicação, com essa regulamentação, nós tivemos o nosso marco normativo melhor estruturado para dar início, efetivamente, das atividades dessa comissão municipal, que é composta por membros da sociedade civil de forma paritária, assim como o conselho. É importante também trazer que a regulamentação dessa comissão também se

espelhou no CADES. Então, eu acho que desde o processo seletivo, nós tivemos um diálogo bastante próximo, tanto com a equipe que cuida da coordenação, aqui do CADES, mas também, de forma geral, nós tentamos trazer a experiência já acumulada nesse conselho para a comissão municipal. Eu destaco também o decreto que foi publicado no início deste ano, em abril de 2021, que mudou um pouco a governança da comissão municipal. Ela, desde o início, tinha secretaria executiva na figura da secretaria do Verde e Meio Ambiente e a presidência na figura da secretaria de Governo, a partir de abril deste ano, esta governança foi complementada com a instituição da Secretaria Municipal de Relações Internacionais, que acabou assumindo a presidência e o governo ficou com a diretoria executiva e o Verde manteve a figura da secretaria executiva. Então, é importante também nós trazermos esse arranjo, porque a governança compartilhada, para nós, é decisiva, tanto para o sucesso da agenda, para implementação dela, mas também, para que nós façamos com que os instrumentos convirjam para um fim único, uma vez que a agenda é tão transversal e ela dialoga de uma forma bastante integral com os outros instrumentos de planejamento que a prefeitura já tem ou está em planejamento. Em relação ao histórico, então, o que foi feito desde o início do processo, a partir da sanção da Lei 2018, foi criado um grupo de trabalho secretarial em conjunto com o grupo de trabalho de indicadores já existente, do Comitê Observa Sampa, para entender, dentro do rol de informações e indicadores que a Prefeitura já produzia, aqueles que tinham um diálogo direto com a Agenda Municipal 2030 e que poderiam nos apoiar nesse processo de diagnosticar em que estágio o município estaria em relação ao compromisso. Nós tivemos também o incentivo, que é a participação do município de São Paulo no programa cidades sustentáveis, da rede Nossa São Paulo, que nos colocou a obrigatoriedade de atualizar as nossas informações na plataforma da Rede Nossa São Paulo e esse foi um estímulo importante também para que esse grupo de trabalho começasse a se reunir e levantar esse rol de indicadores já existentes. Então, o grupo foi criado em agosto de 2019, antes mesmo da instituição da Comissão Municipal, e ele é composto por 26 órgãos municipais. Ele chegou a trabalhar por nove meses, nessas reuniões de diagnóstico, e publicou, então, em julho do ano passado, o diagnóstico de indicadores de monitoramento dos ODS's, que foi o principal documento que norteou o trabalho da Comissão Municipal, a partir do momento que ela foi instituída. Então, eu trago essa etapa porque ela é decisiva, uma vez que o compromisso é tão extenso, e uma vez que ele abarca tantas áreas da prefeitura, foi decisivo esse esforço inicial de levantamento e diagnóstico, tanto para preparar as equipes técnicas para entender a responsabilidade, para propor recortes em relação à responsabilidade, como também para subsidiar a comissão, para que ela focar na elaboração da Agenda Municipal 2030 a partir deste subsídio. Então, é um

documento que foi disponibilizado também ao longo do ano passado e ele se encontra no site do Participe Mais, mas também no site da Secretaria do Verde. Em relação ao processo de instituição da comissão, propriamente dita...

Orador B: Dá licença. Eu acho que você está passando os slides, mas não está passando para nós.

Orador C: Nossa, só um segundinho.

Orador D: Eu ia falar isso agora.

Orador B: Continua na capa, assim. Não sei.

Orador C: Eu vou reprojeter, então. Que bom que vocês me avisaram. Vocês conseguem ver o slide agora?

Orador E: Sim, agora, sim. Por favor, passa o slide devagar para não travar.

Orador C: Claro.

Orador E: Está bom? Obrigado.

Orador C: Imagina. Obrigada vocês. Se tiver mais um erro, avisem-me e eu volto. Então, só apresentando, essas são as leis que eu estava descrevendo. Eu posso, depois eu coloco no chat. Na verdade, eu acho que o chat não está habilitado. Depois, nós enviamos para vocês por e-mail o link onde vocês podem encontrar essa legislação também. Então, em relação ao diagnóstico, essa é a cara do documento, que eu mencionei, que está publicado no site do Participe Mais, mas também pode ser acessado pelo site da secretaria do Verde e Meio Ambiente. E aí, eu estava entrando na apresentação do processo seletivo da Comissão Municipal em si. A habilitação das instituições se deu de forma que a prefeitura pudesse identificar quais aquelas organizações que já tinham um trabalho anterior, com o [inint] [00:11:01], que entendiam o que é essa agenda, que estavam comprometidos com a implementação do compromisso, mas a seleção, em si, delas, na verdade, foi feita por meio de uma votação entre pares. Então, na verdade, o processo nosso foi mais de habilitação e nós abrimos essa oportunidade das instituições habilitadas de se votarem, para que nós tivéssemos uma efetiva representatividade das instituições a comporem a comissão. A comissão municipal é composta por 16 cadeiras, oito cadeiras de governo, oito cadeiras da sociedade civil, e a

respeito do CADES, nós nos comprometemos a fazer um processo seletivo, onde 16 instituições tivessem espaço. Então, o suplente, seriam oito titulares. Com isso, nós ampliamos também a possibilidade de troca e de formação de rede por meio do envolvimento da sociedade civil. Diferente do processo que foi feito a nível estadual e a nível federal, no nosso caso, nós submetemos as instituições a uma candidatura. Então, no governo estadual e no governo federal, foi feita uma seleção por parte do governo. Então, eles convidaram as instituições para participarem. No nosso caso, nós abrimos o processo por meio de processo seletivo. Então, quem tivesse interesse de compor essa comissão, teve essa oportunidade. Importante também destacar que nós nos atentamos ao decreto municipal de paridade de gênero, que os conselhos precisam se adequar. Enfim, a Comissão foi empossada em julho do ano passado e, oficialmente, no início de agosto, quando nós tivemos o nosso evento de lançamento do primeiro relatório voluntário local de São Paulo à ONU e, com isso, a comissão também foi empossada, oficialmente. Mais informações também estão disponíveis no site da secretaria do Verde, em relação à cada etapa do processo, ao edital, enfim. Vocês podem ter mais informações detalhadas. Em relação à Agenda Municipal, efetivamente, que foi o principal compromisso elaborado ao longo do ano passado, pela Comissão. Então, em posse do diagnóstico, em posse daquele conjunto de indicadores, a Comissão municipal se estruturou de forma a debater, com profundidade, cada uma daquelas metas, cada um daqueles indicadores que tinham sido levantados na forma das câmaras temáticas. Então, foram criadas sete câmaras temáticas, compostas também por membros da sociedade civil e membros de governo, de forma paritária. O envolvimento foi de mais de 120 pessoas engajadas, oficialmente, nesse debate. Cada Câmara temática foi empossada de um conjunto de metas e indicadores da agenda. Então, a agenda 2030 é composta por 169 metas da ONU. Essas câmaras temáticas se juntaram para discutirem um rol de nove a 20, nove a 30 metas, cada câmara temática. E propõe um recorte, então, a municipalização do compromisso internacional para o contexto de São Paulo. Então, como é um compromisso assumido, na verdade, pelo Governo Brasileiro, frente à Assembleia da ONU, é importante que nós fizéssemos esse esforço de entender, desse compromisso internacional, o que faz sentido para o contexto específico da cidade de São Paulo. E aí, adaptar a partir das políticas que nós já temos ou aquelas que nós precisamos desenvolver. Então, o exercício de municipalização, ou seja, de localização da responsabilidade, a partir do nosso contexto específico, é decisivo para que nós entendamos, especificamente, onde nós precisamos chegar, em 2030, o que precisa ser feito até lá. Então, esse foi o trabalho das câmaras temáticas, foi um total de mais de 90 reuniões, mais de 200 horas de trabalho. Nós trazemos esses números só porque, realmente, é importante dar a dimensão do que foi isso, do

que foi esse exercício de adaptação ao longo dos seis meses finais de 2020 e cada uma dessas câmaras temáticas foi coordenada por uma secretaria que tem assento na comissão. Então, Governo, Verde, Saúde, Educação, Desenvolvimento Urbano, Urbanismo e Licenciamento, Assistência Social, Desenvolvimento Econômico e Trabalho... Estou esquecendo de uma, já lembro. Mas, cada uma dessas sete câmaras temáticas foi coordenada por uma secretaria e esse arranjo foi feito de forma que nós tivéssemos uma entrada mais fácil nos órgãos e que os órgãos pudessem, efetivamente, participar desse debate de uma forma um pouco mais transversal e compartilhada. Então, ao todo, nós municipalizamos 135 metas, das 169 da ONU, e esse conjunto de 135 metas está sendo, vai ser monitorado por um conjunto de 545 indicadores. Então, todos esses indicadores ou já existiam, já estavam sendo monitorados no Observa Sampa, ou foram incluídos a partir de instrumentos de planejamento que estão em elaboração, que estavam em elaboração, ao longo do ano passado, ou a partir de dados administrativos já monitorados por cada uma das pastas, que foram entendidos como necessários para se tornarem um indicador. Então, a ideia é que nós trabalhemos com as informações que a Prefeitura já produz e utilize e as comunique de uma forma que faça sentido para monitorar cada um desses 135 compromissos. Esses indicadores serão atualizados no Observa Sampa, nós estamos no processo de atualizar as fichas dessas informações e submetê-las no site e, em breve, vocês vão poder acessar também a informação por meio da plataforma do Observa. O que, efetivamente, é o documento? Acho que é importante essa explicação para facilitar até a apropriação do conteúdo, que é extenso e bastante específico. O documento traz, então, o texto da meta global, assim como pactuada na Assembleia da ONU, embaixo, a meta municipal, assim como proposta pela Comissão Municipal e publicada no documento. Embaixo, nós temos uma breve exceção de contextualização, que explica o recorte que foi feito, quais são as políticas que a prefeitura já implementa naquele tema. Em seguida, o indicador que foi selecionado ou os indicadores. Muitas metas têm mais de um indicador, o desempenho dele desde 2015 até 2019, que foi o ano de referência que nós tínhamos para produzir o material. A partir disso, vocês vão poder identificar também que cada [inint] [00:18:21] tem uma [inint] [00:18:22]. Então, uma vez que a meta municipal, o texto da meta municipal, muitas vezes, ele se aproxima muito mais de uma diretriz do que, efetivamente, de uma meta, e aí, isso é uma especificidade metodológica da ONU, que por mais que eles chamarem de meta, muitas das metas, na verdade, são objetivos, são diretrizes estratégicas, foi importante para nós, também, definirmos metas numéricas para os indicadores que nós tínhamos condição de fazer isso. Até para entender o que nós precisamos, onde nós precisamos chegar em cada um desses indicadores. Em alguns casos, nós conseguimos estabelecer um parâmetro numérico. Em outros casos, não fazia

sentido e o que foi definido foi uma tendência. Então, se nós queremos ampliar, se nós queremos reduzir, se nós queremos monitorar, se nós queremos manter aquele desempenho ao longo dos próximos 10 anos. Por fim, uma sessão que, para nós, é muito importante, que é a sessão de registro dos desafios remanescentes. Então, quais são as ações que a prefeitura e, na verdade, o município, em conjunto com os demais setores, precisa avançar para que aquele compromisso seja, efetivamente, implementado nos próximos 10 anos? E aí, o objetivo dessa sessão é registrar a discussão que foi feita nas câmaras temáticas e subsidiar o processo de elaboração do plano de implementação, efetivamente, do compromisso, eu já vou falar daqui a pouco. Só para destacar, muitos de vocês já estão acostumados com a plataforma, mas eu acho que é importante sempre divulgá-la. O Observa Sampa é o nosso site oficial da prefeitura, observatório e indicadores da cidade. É importante divulgar, anualmente, os nossos indicadores nesse site para que ele, efetivamente, seja fortalecido, ele já tenha um papel importante no monitoramento de um quadro extenso de indicadores. Então, a ideia de centralizar o monitoramento nessa plataforma é, justamente, fortalecer a política que já está em andamento nos últimos anos e não sobrepor outras plataformas em cima dessa, eu acho que dificulta, também, o acesso à informação. Então, é importante que nós centralizemos em um único canal. A partir do início deste ano, foi instituída a Secretaria Executiva de Planejamento e Entregas Prioritárias. Essa secretaria executiva recebeu como tarefa a elaboração do programa de metas e do Plano Plurianual e também a Agenda Municipal 2030. Então, eu trago esse quadro porque é importante, para visualizar que, na verdade, a Agenda Municipal 2030 é o grande marco, é o grande compromisso de impacto e resultado que a prefeitura assumiu a implementar nos próximos 10 anos. A partir dela, os instrumentos de curto e médio prazo, eles estão recebendo subsídios e eles precisam ser integrados para que, efetivamente, as coisas dialoguem. Então, ela está sendo entendida como o grande compromisso de impacto do município, até 2030. A partir disso, esteve em elaboração o programa de metas, foi publicado, agora, em junho, a versão participativa, pós consulta pública, pós audiências públicas com as entregas prioritárias da gestão até 2024 e se está em elaboração o PPA, todos sabem. Ambos instrumentos tiveram como subsídio inicial os indicadores que foram propostos pela comissão no ano de 2020. Então, é importante também ter essa dimensão de que, apesar de a temporalidade ser variada, em razão a esses instrumentos, os esforços da Secretaria Executiva de Planejamento é que esses instrumentos todos dialoguem e caminhem para um fim único. Então, nesse esforço de convergência, em 2021, a CPP está coordenando, na verdade, subsidiando o trabalho de elaboração do plano de ação para implementação da Agenda Municipal 2030. É atribuição legal também, instituída pelo decreto de abril deste ano, não só a elaboração da Agenda Municipal,

mas também a cada gestão do plano de ação para implementação. Então, até 2030, nós vamos ter três gestões municipais e é importante que, a cada quatro anos, seja feito esse esforço de atualização das prioridades e os esforços que aquela gestão está fazendo em relação ao tema. Então, para isso, também foram editadas as câmaras temáticas, nós aproveitamos da experiência do ano passado e, agora, criamos seis câmaras temáticas, a grande maioria é a mesma câmara temática do ano passado. Um único caso que nós juntamos duas câmaras em uma só. Então, esse ano, estamos trabalhando com seis. O objetivo dessas câmaras temáticas é, então, elaborar, para cada uma dessas 135 metas, se possível, um quadro, um formulário das ações para implementação daquela meta. Esse plano vai ser elaborado até setembro deste ano, então, vai ser proposto pela comissão até setembro deste ano. A partir de outubro, ele vai ser submetido à validação dos gabinetes e a uma consulta pública para publicação da versão final, até o fim do ano, em dezembro. A ideia deste plano de ação é que, na verdade, ele aprofunde na correlação entre o programa de metas e o plano plurianual, visando detalhar que ações que a prefeitura pode implementar para cumprimento de cada uma dessas metas que foram pactuadas o ano passado. Não necessariamente todas as 135 vão ter um plano de ação em específico, muitas delas são convergentes e transversais, mas o esforço é no sentido de que, sempre que possível, as secretarias tragam o planejamento e detalhem, com participação da sociedade civil, para que o compromisso avance no quadriênio. Aqui, trazendo então um panorama geral do nosso processo, estamos no período de elaboração do detalhamento da correlação entre Agenda Municipal 2030 e programa de metas, uma vez que as ações planejadas no programa de metas já estavam mais avançadas. Então, por isso que nós começamos a partir dessa correlação e desse detalhamento. Até 12 de agosto, nós vamos ter, em 12 de agosto, nós vamos ter uma reunião do plenário para deliberar, para dispor sobre esse primeiro conteúdo preliminar. Durante agosto e até setembro, nós vamos fazer o mesmo esforço, mas em relação ao PPA. Então, a partir do material preliminar do PPA que as secretarias têm produzido, iniciar a investigação das ações planejadas em relação a cada uma daquelas metas da Agenda Municipal 2030, para, enfim, propor um conteúdo final para esse plano de ação, detalhando o que for possível às ações da prefeitura, nesse sentido. A perspectiva é que nós tenhamos, então, a aprovação desse conteúdo em 23 de setembro, para submissão dos gabinetes no começo de outubro. E aí, uma reunião da comissão em 14 de outubro, para visualizar o conteúdo final aprovado, com perspectiva de publicação em nove de dezembro. Eu acho que, da minha parte, era isso, o que eu trouxe para falar com vocês. Muitos de vocês estão envolvidos nas câmaras temáticas, ou mesmo no próprio plenário da comissão municipal da [inint] [00:26:20]. Então, eu também estendo esse espaço para quem quiser me complementar,

trazer perspectivas complementares e me coloco à disposição para tirar dúvidas e conversar a partir do que nós já temos feito.

Orador A: Muito obrigado, Ana. É fundamental que nós discutamos e que nós nos envolvamos nesse trabalho, não é? Muito depende disso. Também, de verdade, eu acho que você já deve estar conseguindo ver o chat. Então, se você quiser subir a apresentação, também é possível. Muito obrigado pela apresentação.

Orador B: Ana Carolina, parabéns pela apresentação, foi excelente. É de extrema importância para todos nós, da cidade de São Paulo, a agenda 2030. Sendo assim, os conselheiros e conselheiras presentes nessa reunião, alguma observação ou manifestação sobre a agenda 2030? Eu peço, por gentileza, que levante a mão, que nós vamos colocar na listagem para não ficar confuso, está bom? Pode começar, por favor. No momento, não tem...

Orador D: Oi, bom dia. Eu levantei a mão. Carlos Alberto Borges, aqui da Fecomércio. Eu só queria confirmar, talvez, eu sou novo aqui, talvez a pergunta seja simples. O conteúdo, os trabalhos das comissões que estão em andamento, como foi muito bem relatado, e serão concluídos e disponibilizados até o final do ano, esse material preliminar ou provisório que está sendo produzido, ele já está disponível para análise ou nós vamos...? É que eu entendi, da apresentação, foi uma clareza muito boa do processo, da forma como está sendo feita, mas nós não estamos tratando, aqui, propriamente, do conteúdo das metas, dos indicadores, não é? Eles já estão disponíveis?

Orador B: Ana Carolina, por favor?

Orador C: Carlos, obrigada pela pergunta. Sim, eles estão disponíveis. A Agenda Municipal 2030 já está disponível, tanto no site da Secretaria de Governo, quanto do Verde. Eu, infelizmente, ainda não consigo acessar o chat, eu acho que é porque eu não sou membro oficial do conselho, talvez uma questão de e-mail, mesmo, mas eu vou pedir para a Marina mandar aqui para vocês o link. O que nós ainda não temos disponível é o plano de ação que esse, efetivamente, ainda está em construção, mas, a partir de outubro, ele vai ficar disponível em consulta pública, eu acho que é importante nós divulgarmos também, para vocês nos apoiarem nesse processo.

Orador D: É, eu acho que facilitará bastante se puder ser disponibilizado para todos o caminho para acesso, então. Muito obrigado.

Orador B: Carolina, por favor, você pode encaminhar no e-mail do CADES? @prefeitura.sp.gov.br. Porque aí nós encaminhamos para todos os conselheiros e conselheiras, aí fica mais organizado. Senhor José Ramos, por favor.

Orador E: Olá, bom dia a todos. José Ramos de Carvalho, Associação Paulista de Gestão Ambiental. Bom, eu vou na mesma linha do Carlos, a sua apresentação, de forma macro dos objetivos da agenda 2030, mas eu queria caracterizar essa questão dos conteúdos um pouco mais também. Porque me interessou e interessa para nós, especialmente, nós da Zona Norte aqui, a questão da Câmara Técnica de São Paulo de Bem-Estar. Quando da seleção das instituições para compor esse primeiro grupo, nós também tentamos entrar pela seleção, mas por questões outras, não foi possível. Mas nós queríamos destacar, junto ao CADES, especialmente, nós temos a agenda 21, primeiro, agora 2030, já quase há oito anos, praticamente, porque nós temos uma intervenção muito aguda, em termos de poluição ambiental exercida por três corredores importantes de desenvolvimento da capital, que é o corredor Presidente Dutra, Fernando Dias, temos um terminal de carga com dezenas de caminhões e temos um terceiro componente, que é a aviação civil de Cumbica. Então, quando vocês imaginam que nós fizemos, em um período mais agudo, desenvolvimento aqui, em São Paulo, nós temos 500 voos/dia de aviões despejando todo tipo de elementos químicos sobre a nossa região aqui. Para vocês terem ideia, o Vale do Rio Cabuçu, nós temos 400 mil pessoas e todas essas 400 mil pessoas, eu falo de crianças, principalmente, agora, que eu acho que é importante destacar isso, até para a Ana conhecer. A maioria dos nossos postos de saúde são repletos de crianças em [inint] [00:31:53]. Esse documento, Ana, esse trabalho foi feito pelo Departamento de Poluição Ambiental da Faculdade de Medicina de São Paulo, durante um ano, fazendo pesquisas sobre essas questões. Então, é um imenso desafio, é importante, mas gostaria de registrar no CADES esse nosso pêndulo tão negativo, referente ao momento que vivemos aqui. Por isso que o Carlos veio sempre lutando pelo nosso [inint] [00:32:23] para infestar de árvores, justamente, porque nós temos... Olha só que absurdo, em nossa região, embora esteja do lado do [inint] [00:32:32], a nossa região com índice menor de água. Nós estamos a 0,006% de arbóreos e aqui na subprefeitura de [inint] [00:32:44], Vila Maria, nós recebemos essa intenção de Cumbica com 40 mil veículos por hora na Dutra e mais outros quase 30 mil, no mesmo espaço de 23 km² da Fernando Dias. Então, essa é uma intensidade abusiva, mas faz parte do desenvolvimento, mas nós temos que buscar, como o Carlos falou há pouco, esse conteúdo de como nós trabalharmos e, de fato, essa meta virar realidade. Então, nós temos discutido muito metas, nós apresentamos, mas, de fato, eu julgo e avalio ser importante nós

correremos atrás das metas, com bastante determinação para o que se faz necessário. Então, agradeço, parabéns e vamos em frente aí.

Orador B: Obrigada pelas suas palavras. Tem alguém mais que tenha alguma sugestão ou pergunta para fazer à Carolina? No momento, não. Dessa forma, damos prosseguimento aos itens da pauta, passamos para o segundo ponto do expediente. Apresentação sobre o programa Município Verde e Azul, Desafios e Oportunidades pela senhora Vivian Prado de Oliveira, representante da Coordenação de Planejamento Ambiental. Secretaria do Verde Municipal da CPA. Dessa forma, a Vivian já está presente. Vamos, Vivian.

Orador F: Oi. Bom dia, gente. Todos me ouvem?

Orador B: Sim.

Orador F: Eu vou compartilhar a tela aqui.

Orador A: Bom dia, Vivian. Bem-vinda.

Orador F: Ah, obrigada. Bom ver todo mundo, não é? Acho que é a primeira vez que eu vejo as carinhas. Vamos lá. Vou pedir um pouquinho de paciência, o meu note está pouquinho coisa travadinho. Está carregando aqui. Estão vendo a minha tela?

Orador A: Está aparecendo, sim.

Orador F: Mas ela não muda o modo apresentação aí, não é? Ela fica sempre como slide. Espera aí, deixe-me só... Ver se eu consigo pôr em tela cheia. [inint] [00:35:47] apresentação.

Orador G: Não está dando para ouvir nada.

Orador F: Ah, estão me ouvindo agora?

Orador B: Agora entrou, Vivian.

Orador F: Entrou?

Orador B: Só que você está aparecendo na tela.

Orador F: Eu estou aparecendo na tela?

Orador B: Sim.

Orador G: Não, já está a apresentação. Você colocou a apresentação do município Verde e Azul?

Orador F: Isso, mas eu também estou na tela?

Orador B: Você está na frente da apresentação.

Orador F: Isso é configuração de alguns Teams, isso tem acontecido, não sei porque. Nas reuniões, mas espera um pouquinho, pela terceira vez, gente, paciência.

Orador B: Tudo bem, Vivian.

Orador F: Vamos tentar mais uma vez.

Orador B: Tinha dado, Vivian.

Orador F: Ah, que pena. Espera um pouco ele repensar, desculpa.

Orador A: Nós esperamos, é só ter paciência.

Orador F: É, gente, reunião é isso, online é assim.

Orador B: É, verdade. Deu certo, Vivian.

Orador F: Deixe-me ver aqui. Eu estou colocando aqui em tela cheia, mas ele não está aparecendo para vocês, eu acho. Vai dar o mesmo problema que estava dando com a Ana. Aí todos conseguem ver desse jeito?

Orador B: Estamos conseguindo ver, estamos. Pode dar continuidade, por favor.

Orador F: Posso dar continuidade assim, não é?

Orador B: Pode. Obrigada, Vivian.

Orador F: De nada, gente. Então, só começando. A proposta é trazer aqui o que é o Município Verde e Azul, que é coordenado pela coordenação de Planejamento Ambiental, na Prefeitura como um todo. Para os novos membros do CADES, que ainda não conhecem o contexto do programa no município de São Paulo, e também falar um pouco do avanço que tem sido a participação de São Paulo no programa, ainda mais depois que ele foi objeto do programa de metas no ciclo passado da gestão. Então, vamos lá. Então, dando um panorama... Dando um

panorama do que é, ele foi lançado em 2007 pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente, atual Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, para estimular ações nos locais no meio ambiente da cidade e avaliando o desempenho dos municípios ano a ano, apoiando a eficiência da gestão ambiental, em nível municipal, regional e estadual. A premissa do programa é que ele seja uma ação local, por uma causa ambiental, por uma causa global, desculpa. Ele reúne dez diretivas relacionadas às diversas temáticas de meio ambiente, municípios sustentáveis, estrutura e educação ambiental, conselho ambiental, biodiversidade e gestão de águas qualidade do ar, uso do solo, arborização urbana e esgoto tratado e resíduo sólido, todas já, de alguma maneira, referenciada também, coordenadas com os objetivos de desenvolvimento sustentável, fazendo essa relação, inclusive, com os trabalhos do que a Ana acabou de apresentar. Ele tem como objetivo macro incentivar essa gênese, o desenvolvimento de estruturas e conselhos municipais de meio ambiente em todos os municípios do estado, de maneira a incorporar o planejamento ambiental nas agendas de gestão ambiental dos municípios paulistas, constituir uma base de dados de planejamento ambiental local para o sistema ambiental paulista, desenvolver mecanismos que permitam a fixação dessas ações do Verde Azul em escala local, conforme proposta do programa e descentralizar a política ambiental no estado de São Paulo. Como estratégia, ele prevê a implementação de mecanismos de gestão de caráter participativo, o que possibilita essas decisões compartilhadas entre a agenda que o programa propõe, os representantes municipais e os [inint] [00:40:31], sociedade civil em geral, um acompanhamento. Também a estratégia que todo município tenha acesso facilitado a conhecimento e outros programas do Sistema Ambiental Paulista, de maneira a fazer o reatamento dessas agendas em nível local e estruturar e qualificar, ainda mais, a sua gestão ambiental, e a questão também, principalmente, a valorização ambiental, na escala local, dando conhecimento à toda a sociedade e puxando, por meio das diretivas do programa, a qualificação global dos municípios. Para isso, o que ele faz? Ele fixa o que eles chamam de tarefas, como permanentes, comuns e sem custo direto ao município, porque aí elas seriam inerentes à gestão pública de Meio Ambiente e para o Meio Ambiente. Ele também faz esse condicionamento de que quaisquer recursos financeiros obtidos ou solicitados junto à Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado sejam condicionadas também à participação do município no programa, isso vem estabelecido nas duas resoluções, dentro da [inint] [00:41:46] que faz a gestão do programa. Uma das estratégias é viabilizar o acesso dos municípios a grandes institutos de fomento, pesquisa e meio ambiente, que já tem uma prática com a questão da gestão ambiental, o apoio ao desenvolvimento de atividades relativas, tanto da parte de proatividades, quanto até de instituição e estruturação dessas ações em cada município. Por que

participar do município Verde Azul? A proposta é que haja uma transparência do desenvolvimento sustentável, integrável e responsável dos municípios paulistas, o objetivo, óbvio, a melhora da qualidade ambiental e, por consequência, a qualidade de vida dos munícipes, e também, para os municípios, mais diretamente, a capitalização dos resultados obtidos, do chamado Verde e Azul, dinamizando a economia desses municípios integrada com o desenvolvimento sustentável. Como ele funciona, como eu comentei, são tarefas com os 645 municípios do estado, para que esse conhecimento gerado, perpetuado, seja perpetuado e incorporado em cada um, de forma que o Poder Público local seja sempre a planejar e a executar ações que promovam a melhoria contínua da qualidade ambiental. Ele é regrado por uma resolução estadual, a resolução 33 de 2018, que traz todos os procedimentos operacionais, os parâmetros de avaliação do programa. Para você participar do Verde Azul, cada município assina um termo de adesão pelo prefeito, que consigna o compromisso do município com a agenda do programa. São indicados um interlocutor e um suplente, que são os principais articuladores responsáveis pela condução do programa no município, indicados, diretamente, pelo prefeito, preferencialmente, com formação técnica relacionada às áreas de ciências naturais e meio ambiente. Também nós temos a indicação de quadros da administração e que revertem em pontos [inint] [00:43:23] responsáveis pela condução de cada uma das agendas do programa, formando a equipe Verde e Azul do município. Aqui, no caso de São Paulo, nós fazemos a articulação com várias secretarias e aí, puxa dos quadros das secretarias que têm pacto na agenda do município Verde Azul e na agenda ambiental da cidade, para poder fazer a resposta, as exigências do programa. Essas respostas são todas enviadas em sistema informatizado, baseado no SIGAM, no sistema de informações geográficas do estado de Meio Ambiente. E aí, nós submetemos os arquivos comprobatórios que as secretarias encaminham, os relatórios de estratégias e entraves, os quadros do conselho de meio ambiente, por exemplo, o CADES, nós jogamos lá também, e da administração responsável, tanto pela agenda do programa, quanto pelo contexto geral da gestão ambiental aqui do município, para cada ciclo ambiental vigente. Essa questão dos arquivos comprobatórios é um extenso trabalho da equipe para dar andamento e atendimento, fomentando a responsabilidade ambiental, para a sustentabilidade, em cada um dos organismos da prefeitura, que tem impacto na agenda ambiental. Nós temos, uma vez remetidos esses documentos, a avaliação desses envios pelas equipes técnicas estaduais, lá do Verde Azul e também outros órgãos que atuam na gestão ambiental, como um todo, no estado, como a [inint] [00:44:48], Fundação Florestal, Defesa Civil, Secretaria Estadual de Saúde, e dentro da própria secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, a coordenadoria de Recursos Naturais e de Fiscalização Ambiental. Analisados esse

material, emite-se uma nota e um boletim com os esclarecimentos quanto ao atendimento ou não do ciclo vigente, posta essa nota, cada município ainda tem a oportunidade de contestar a questão da pontuação atribuída, uma vez que essa pontuação vai culminar no ranking ambiental estadual, que é como fica o posicionamento do município frente aos demais municípios paulistas na agenda ambiental do estado. Então, as notas que compõem o chamado índice de avaliação ambiental, ela vem de nove pontos advindos das ações propostas, um ponto em cada diretiva do que eles chamam de proatividade, as ações de proatividade é aquilo que o programa não demanda, diretamente, mas aquilo que o município já faz e que tem impacto nessas dez diretivas e que pode servir de exemplo para outros municípios. Então, nós temos dez pontos em cada diretiva, totalizando 100 pontos, no conjunto do programa. E aí, aqueles que municípios que atingem 80 pontos ou mais, eles são certificados com o chamado selo Verde Azul e todos compõem, e são classificados, em ordem decrescente, no chamado ranking ambiental paulista. Dando um panorama rápido, então, de como é a cara dessas atividades. Então, nós temos o quadro das ações, eu puxei como exemplo, estrutura e educação ambiental. Ele é dividido em quatro grandes eixos, vamos assim chamar. Tem um eixo atitude, que é um eixo mais político da proposta da agenda, tem muito a ver com articulação na câmara, com articulação intersetorial. É a questão de como você, realmente, estabelece, em nível local, em termos de Lei, decreto, a política que está sendo proposta, a gestão, que é tudo aquilo que comprova o andamento do que foi proposto. Espera aí, deixe-me mudar aqui. Do que foi proposto na linha de atitude, e o resultado, que é aquilo que traz, efetivamente, a comprovação de como se estabelece e se cumpre o que foi proposto nos dois eixos anteriores. Por fim, como eu comentei, nós temos aqui a proatividade, em todas as dez diretivas, trazem isso, que é o município pode escolher o que ele quer apresentar, o que ele quer destacar na gestão ambiental naquele ciclo, que não, necessariamente, está na exigência das dez linhas, oito linhas, enfim, de cada diretiva, mas se ele entende que converge com o assunto e [inint] [00:48:05] no Verde Azul, ele precisa demonstrar como é que foi feito o diagnóstico, como foi o plano de ação de implementação dessa ação e quais têm sido os resultados e, principalmente, como ela está sendo comunicada ao município em geral, para a sociedade, como um todo. Nós temos um cronograma que, nesse ano, nós trazemos esse ciclo vigente, nós estamos falando de 2019 a 2021, isso por conta da pandemia. O município de São Paulo executou, tanto o ano de 2019, quanto o ano de 2020, mesmo que com o intercurso da pandemia, com as questões do teletrabalho, enfim. Mas a decisão lá da coordenação geral estadual, é que, pela dificuldade dos demais municípios em relação ao acompanhamento que ocorreu em 2020, eles vão continuar considerando os documentos a partir de setembro de 2019, vão pegar 2019 e 2020 e 2021, vai

pegar setembro de 2019 a 2021, para poder rever o que foi pautado na agenda, nesses dois anos, com o advento da pandemia, e reposicionar. E aí, falando, propriamente, do que é São Paulo, o programa é desde 2007, São Paulo é signatário desde 2008, como comentei, é a coordenação de planejamento ambiental, por meio da divisão de informações ambientais que faz essa articulação, captação e análise e consolidação das informações e dos dados, e faz essa forte articulação, tanto dentro da secretaria do Verde, como com as demais secretarias da prefeitura e outros órgãos e autarquias que têm ação de interface no nosso território, como governo, educação, saúde, serviço, transporte, a própria Sabesp, a então [inint] [00:49:42], além de outros atores. O nosso desempenho, desde 2008, nós tivemos apenas, nós certificamos três vezes, que foi nos anos de 2010, 2011, 2012. Depois, nós sofremos uma grande dificuldade na manutenção do programa, o que culminou, especialmente, no ano de 2018, com um fraquíssimo desempenho. Com o advento de um município Verde Azul ter sido alçado como meta de governo, na repactuação, programa de metas, no milênio 19-20, do governo Bruno Covas, nós conseguimos reestabelecer o programa. E aí, nós fechamos o ano de 2020 com essa pontuação de 73,6 pontos, classificados na 100ª posição entre 600 e tantos municípios do estado. Como funciona um pouco essa coordenação: nós temos uma distribuição das instituições, aqui no município, que têm ações que impactam. Então, tanto da SVMA, como das demais secretarias e entidades, tanto de governo, como outras entidades particulares, a exemplo da Enel, da Sabesp, nós temos essa distribuição. Nós também temos, especificamente, dentro da secretaria do Verde, aquilo que nós controlamos. Então, nós temos, nas coordenadorias, da secretaria do Verde, 38 ações diretamente relacionadas, dentro da agenda. Nós fazemos um acompanhamento, faz um primeiro recorte entre aquilo que já existe ou não existe, ou está instituído como política ou que existe e está bem complicado de conseguir fazer rodar, ou porque está faltando uma Lei, ou porque mudaram as equipes, ou porque nós precisamos fazer alguma outra ação da exigência do programa que o município não vem atendendo. Então, aqui é uma agenda, especificamente, daqueles eixos ou majoritariamente e também algumas coisas de outras políticas que nós não conseguimos avançar, e é mais difícil, por conta das articulações que nós precisamos implementar de outras ações, disciplinas que nós não conseguimos alcançar. Nós também fazemos essa questão no nível médio, nós tentamos alcançar quem faz essa articulação e grossa parte da agenda nós classificamos, nessa questão do [inint] [00:51:59] que nós mapeamos aquilo que, efetivamente, a prefeitura já faz e que nós só precisamos organizar melhor a estruturação da captação da informação junto às fontes da informação para remessa lá ao governo do Estado. Como eu comentei, essa remessa se dá por sistema informatizado, então, essa aqui é a carinha do SIGAM. Nós temos cada diretiva posicionada.

Dentro de cada diretiva, cada uma das suas linhas de execução e ação. Além disso, nós temos os quadros aqui de qual é o plano de metas que eles também chamam, qual é a propositura em cima da agenda ambiental do programa que o município também está executando. Aqui também são os quadros dos responsáveis por cada um dos conjuntos, dos assuntos. Nós também temos que colocar os quadros responsáveis de cada, de resíduos, de fiscalização, de arborização, enfim. Nós também colocamos para que eles consigam fazer o contato. E também, a partir da equipe do Governo do Estado, fomentar ainda melhor essa articulação e a proposição precisa ser feita. Então, aqui nós temos duas recuperações, no primeiro ano do programa de metas, nós estivemos lá na cerimônia, ainda era presencial, no Palácio do Bandeirantes. Nós demos uma boa subida, em relação ao que nós tínhamos executado, até então. No ano passado, em 2020, nós também avançamos, para além daqueles 64 pontos, fechamos aquela nota de 76,6 pontos, estabelecendo a 111ª posição. O que nós estamos fazendo agora? Nós estamos no Ciclo Ambiental 19-20, como eu comentei. Por conta da pandemia, eles estão recuperando a documentação 19-20. O que nós fazemos? Uma projeção absoluta. O município de São Paulo nunca parte de 100 pontos, porque nós não temos governança sobre 5,59 pontos, que são dados pelos órgãos estaduais, relacionados a, por exemplo, índice de qualidade de aterro, índice de qualidade de tratabilidade de esgoto, toda a questão da Defesa Civil, a questão da qualidade da água. Então, essas são coisas que, apesar de o município fazer a sua parte, ou tentar fazer a sua parte, são pontuações dadas por esses órgãos estaduais e que, às vezes, nós não conseguimos. E de tudo que nós viemos trabalhando, até aqui, como nós não temos essa governança, dentro do que é a ação da coordenação do programa, nós partimos de 94 para nós podermos saber aquilo que nós trabalhamos. Considerando a pontuação do ciclo 2020, ou seja, o que nós temos que manter, nós já temos que partir aqui de 76,6, em tese, nós deveríamos ir atrás de 20,81 pontos. Só que como nós já temos aquele desconto de 5,59, o esforço é de 18 pontos. Ou seja, além de manter esses 76, nós ainda precisamos buscar esses 18,37 nas diretivas que têm mais dificuldade de articulação ou que estão ainda pouco posicionadas, no calendário. O avanço do Verde Azul demonstra que a diferença entre os municípios melhores qualificados ou não diz muito respeito a nível de casa decimal. Então, para além de você manter a manutenção da agenda que você já vem propondo, no decorrer dos anos, ou agora, no decorrer das gestões, vou falar daqui a pouco. Nós também precisamos estimular e estabelecer aquilo que ainda não existe. Então, às vezes, nós podemos pensar: poxa, só 18 pontos, entre aspas, mas isso é, exatamente, aquilo que falta uma articulação com a Câmara de Vereadores, que falta uma articulação intersecretarial, interdisciplinar, Sociedade Civil pressionando. E também, de repente, o papel do CADES fazendo essa pressão. Então, em termos de desafio, o principal que

nós temos, que é essa questão de a gestão ambiental ser compartilhada, o município de São Paulo, com seus 12 milhões de habitantes, nós temos várias secretarias que trabalham diferentes frentes, embora tenha aqui [inint] [00:55:42] como principal pasta da condução, da gestão ambiental, nós temos muitas secretarias atuando nessas frentes. E aí, o principal desafio é estabelecer esse fluxo de responsabilidades em cada uma das principais articulações de atendimento, padronizar produção de dados e informações, conforme a determinação do programa, por todos os envolvidos, de maneira que não dependa só da nossa equipe de coordenação geral, que são cinco cabeças, organizar e estruturar, na unha o material dessas demais secretarias. Então, nós também entramos com o forte trabalho de padronização da produção, em relação às orientações do programa, e também nós necessitamos de suporte técnico operacional no atendimento das diligências externas, que deram uma parada aí por ocasião da pandemia, mas nós temos uma série de visitas técnicas, capacitações setoriais nos diversos temas, reuniões externas, acompanhamento também do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Então, tudo isso exige diligência, tanto da equipe da coordenação Geral, que é aqui na CPA, como das demais secretarias que nós estamos sempre estendendo o convite. Então, pegar a antiga [inint] [00:56:48], na questão de resíduos sólidos, nós sempre destacamos que eles participem das capacitações, das interações, de como que está sendo fomentado, por exemplo, a questão de resíduos sólidos no município. Nós discorremos, distribuimos a agenda. Nesse caso, o que nós precisamos entender, agora, como oportunidades? Concretizar essas novas articulações, a partir dos novos atores de governo. Nós acabamos de passar por um processo eleitoral, nós também precisamos reconhecer os novos atores, repensar as articulações e continuar dando atendimento ao programa, porque, de todo modo, apesar de não estar, diretamente, relacionado ao programa de metas, nós continuamos signatários e viemos executando programas desde 2008. Nós também temos a premissa de coordenar o alinhamento do Verde Azul com os demais instrumentos estratégicos da prefeitura. Então, a própria Agenda Municipal 2030, o programa de metas, o plano plurianual, o plano setorial e outros projetos específicos. Isso porque a ideia não é o programa criar uma demanda a mais para as unidades, mas, principalmente, realçar aquilo que o município faz, que vai servir de exemplo para os demais, e aquilo que ele ainda não faz, estabelecer a articulação para que venha a fazer. Então, por exemplo, muitas ações do Verde Azul já estão rebatidas na agenda 2030, vieram rebatidas também no programa de Metas, no anterior, no novo nós ainda estamos puxando para análise. Também a ideia na análise dos planos plurianuais das secretarias envolvidas, nas temáticas do Verde Azul, nós também entendermos como é que anda essa execução, para também não ficar inventando a roda e nós conseguirmos coordenar as respostas da Prefeitura de uma mesma e

consistente maneira. Dando uma parte, houve uma mudança, que agora, a certificação era anual, ou seja, nós tínhamos o ranqueamento anual, dos municípios com certificação, mas, agora, ela vai ser bianual. O novo ciclo vai se iniciar em setembro desse ano, vai passar todo o ano de 2020, avançar até 23. E aí, a certificação vem em 2024. Por que essa mudança pela coordenação estadual? A coordenação estadual quer marcar, justamente, a evolução pelas gestões municipais que se apropriaram ou não das tarefas do programa. Então, você consegue, a cada quatro anos, fazer um comparativo efetivo do que foi a execução do programa nas gestões municipais que estarão instituídas. E aí, no conjunto completo de, pelo menos, duas gestões, porque a resolução é renovável, revisável, a cada 10 anos, nós conseguimos entender ou não a evolução da agenda ambiental e, principalmente, porque os municípios podem capitalizar, como nós comentamos, essa questão do selo Verde e Azul, e também, politicamente, acaba sendo interessante, principalmente, para os municípios pequenos, essa questão do fomento da agenda de sustentabilidade, como também um capital político para que o município consiga se posicionar e trazer também o debate para a sociedade civil e se colocar. É isso. Era mais a questão da apresentação, dizer que o programa está correndo a todo vapor. Pedir o apoio dos colegas das demais secretarias. Nós vamos continuar estimulando e fazendo os pedidos e padronizando as informações e, também, nós estamos disponíveis para quaisquer outros esclarecimentos. Obrigada, gente.

Orador A: Obrigado, Vivian. Temos grandes desafios e muito o que fazer. É importante esse caleidoscópio de prismas para observar e tentar integrar todos os programas ambientais e desafios ambientais, até que nós desenvolvemos.

Orador B: Obrigada, Vivian. Excelente apresentação. Sendo assim, senhores conselheiros e senhoras conselheiras presentes nessa reunião. Tendo alguma observação e manifestação a respeito, eu peço para vocês, novamente, a levantar a mão, que já tem a Cira e já tem o Carlos aqui, que já levantaram a mão. Por gentileza, falem de onde vocês são e de qual conselheiro também, que é muito importante na gravação, para nós que estamos aqui presentes. Cira, por favor.

Orador G: Bom dia a todos, eu sou Cira. Eu sou engenheira agrônoma da prefeitura de São Paulo e sou representante da Secretaria Municipal de Subprefeituras. Eu acompanho o município Verde Azul desde 2008. Eu sempre tive um olhar para ele sempre questionador e crítico, do ponto de vista de ele ser um ranqueamento e, não necessariamente, de ele estabelecer parâmetros de perfis. Porque nós temos mais de 500, nós temos 500 e poucos municípios no

estado de São Paulo e o município de São Paulo e a sua região metropolitana é um negócio fora do contexto. Mas em 2008, no lançamento, tinha uma proposta de cobertura vegetal baseada em número de habitantes, e eu falava assim para a diretora [inint] [01:02:32] da época: gente, fiz uma conta de padeiro, que nós estávamos em Piracicaba, no lançamento, aí eu fiz uma conta de padeiro, falei assim: gente, o número de habitantes que nós temos não cabe o número de árvores dentro do território. Tipo alguma coisa assim, do gênero. Não era possível aquele número para o município de São Paulo, dentro desse indicador. Mas é uma coisa que eu tenho essa dúvida, sabe? Quando eu olho as políticas públicas ambientais do município de São Paulo, apesar de, às vezes, estarem aquém, às vezes, estarem superior, tem uma temporalidade, tem coisas que vários municípios não fizeram e o nosso já fez, como, por exemplo, os bairros jardins, só para levantar uma coisa que era um dos indicadores, lá em 2008, o tal do pensar o que seriam os bairros jardins, que já existem hoje. Então, eu fico sempre pensando: será que não falta alguma coisa dentro desse contexto de estratificação já? De 2008 para cá, como é que são esses indicadores, para nós ainda termos um ranqueamento e o que isso representa, do ponto de vista de ganho ambiental para o estado de São Paulo? O zoneamento ambiental ecológico, econômico do estado e como que isso funcionaria. Eu fico, eu olho essas apresentações e sempre fico pensando: nós fazemos tanto, no município de São Paulo, mas nós também somos um grande impactado ambiental. Então, como que seria esse processo de você pensar em estratificações ou alguma coisa assim do gênero para, de fato, nós não termos um ranqueamento, mas nós aqui somos um ponto de chegada, onde você tem municípios com diferentes perfis e o que falta para eles chegarem àquele lugar. Quer dizer, qual é o sonho do estado de São Paulo, dentro do contexto das nossas políticas públicas? E como os nossos municípios estão relacionados a isso? E aí, eu continuo não enxergando isso nisso que nos foi apresentado. E aí, se nós estamos pressionando para isso acontecer, se nós não pressionarmos isso para acontecer.

Orador F: Então, eu vou te dar um panorama, Cira. Vamos lá, desde que eu assumi a titulação do programa e a minha equipe trabalha. Essa é uma das principais críticas que nós, como município de São Paulo, levamos à coordenação estadual do programa. Há muitos anos, nós vimos dizendo que o porte do município de São Paulo, mesmo em relação a outras grandes cidades do estado, como Guarulhos, outras grandes regiões metropolitanas, como Campinas, Sorocaba, enfim...

Orador G: Veja que a crítica já era lá em 2008, hein?

Orador F: Sim, e eu entrei na titulação, você acompanhou, então, quando o município entrou

como signatário, eu entrei no final de 2011, para coordenação, aqui, no município, como titular. Desde então, nós temos chamados à mesa os colegas da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, justamente para ponderar isso. O que nós recebemos, categoricamente, como resposta, todo bendito ano? Que se São Paulo já é tão potente, ele já executa o mínimo, dentro disso que você comentou, e até executa muito mais, então, qual o problema de São Paulo responder no mesmo nível que os demais municípios. O que nós sempre ponderamos é que a complexidade das articulações, é a questão, às vezes, do espaço de plantio, como você comentou. Não necessariamente, se o município, sei lá, de Borá, disser lá município Verde Azul que plantou 100 árvores em um ano, em um espaço disponível, ele avançou 100% a arborização dele? Se eu plantar 100 árvores no município de São Paulo, em uma única avenida, não dá o impacto. Então, nós sempre nos sentimos o primo... Não o primo pobre, porque nós somos muito bem quistos na coordenação geral do programa, até pela expertise que nós temos, como equipe técnica, na condução das temáticas. São Paulo é vanguardista em muitos desses sistemas, São Paulo faz a mais. Só que esse a mais, às vezes, não está, diretamente, pontuado na agenda, nós acabamos trazendo esse a mais, por exemplo, como proatividade, que são aquelas ações que nós escolhemos alçar, nós consultamos as equipes de cada sistema. No fim das contas, a premissa do governo do estado é que todo mundo tem que fazer esse arroz com feijão. Então, não adianta nós argumentarmos na magnitude da dificuldade. Por exemplo, às vezes, o titular do programa é o secretário de agricultura e meio ambiente das cidades, é o articulador na Câmara Municipal das Cidades. Então, em termos de execução política, estratégica, também faz diferença. Têm cidades que instituem, de um ano para o outro, um conselho ambiental, e São Paulo, que vem aqui com o CADES super robusto, que manda suas atas, suas resoluções, se esforça nas suas participações, tem a mesma pontuação. O argumento, lá na equipe do estado, é esse. Então, nós temos uma crítica já bem complicada, que se você for ver o tamanho disso tudo... Quando eu estou falando de 85 ações em, pelo menos, dez eixos estratégicos, eu estou pegando cinco cabeças técnicas, super capacitadas, que têm que tocar uma agenda pesada de articulação, que têm que passar pelos gabinetes, pelos níveis técnicos e tudo mais para, no fim... É um esforço grande que, nem sempre, vai resultar no melhor desempenho. Então, a nossa crítica, do ponto de vista de execução, também é sempre essa. Por mais que nós façamos o nosso melhor, e aqui, na coordenação, nós fazemos, e nós temos colegas, nas demais secretarias, entregando o seu melhor, em termos de resultado final, quando eu vou olhar para aquele ranking, só estão me olhando em 76,6 pontos, não estão olhando o tamanho da robustez que é São Paulo. Até na sua organização, a própria SVMA, já é um universo em si, quando nós vamos falar de gestão da biodiversidade, gestão de áreas verdes,

planejamento ambiental, controle e fiscalização, licenciamento. Só essas estruturas aqui, já é muito além do que muitos municípios no estado. Então, nós já tínhamos pedido, Cira, têm feito essa crítica de pedir uma espécie de fatiamento, entre os municípios, pensar o que seria São Paulo pressionando Guarulhos, por exemplo, no esgotamento sanitário, para nós não termos os problemas, aqui, na entrada do Rio Tietê, pensar como seria essa articulação na política hídrica, em relação às nascentes, ao sistema Cantareira, em relação ao sistema lá de mananciais, como é que nós fazemos essas articulações intermunicipais e metropolitanas. O que seria o Verde Azul apoiando essas agendas? Nós ainda sentimos, também, uma falta disso, porque, no fim das contas, São Paulo já é gigante, eles têm também que atentar a outros municípios. Então, têm municípios que, realmente, estão começando. Acaba que nós ficamos nesse grande esforço, mas não há um recuo de, vamos dizer assim: não posso mais participar. É óbvio que São Paulo tem que ser também protagonista nesse tipo de agenda. Só que acaba resultando em um grande esforço para pouca efetividade, em termos de comunicação. Até por isso, a SVMA, por exemplo, tem outros tipos de planejamentos, planos setoriais e outras linhas de acompanhamento estratégico, dentre essas propostas também no município Verde Azul, e até que ampliam esses olhares, e nós temos outros tipos de relatórios que nós emitimos. Nós temos outro tipo de participações intersecretariais, como a própria agenda 2030. Então, nós temos um detalhamento, por exemplo, muito melhor, dentro da atual 2030, que foi pactuada no final do ano passado, que nós estamos trabalhando o plano de ação, que eu também sou uma das coordenadoras da câmara temática, do que o próprio município Verde Azul São Paulo esclarece e comunica melhor, o que ela faz, em termos de gestão ambiental, nos seus demais instrumentos, seja o programa de metas, o PPA, a agenda 2030, os planos verdes. Se nós temos que pensar a robustez do plano de arborização urbana, a robustez do plano de pagamento de recuperação e pagamento de serviços ambientais, a robustez do plano de Mata Atlântica, o próprio plano de ação climática, são cadernos, são coisas gigantescas, além da própria atuação da SVMA, de uma maneira bem crítica e efusiva, de inserção da gestão e da qualidade ambiental, isso em termos e instrumentos, como o próprio plano diretor. Nós estamos aí fazendo a revisão, fazendo esse trabalho interno, código de obras e edificações, toda essa questão da reserva de áreas verdes, o planejamento de trabalho é bastante nisso. Então, é um trabalho que precisa ser executado? É. Dizer que nós temos essa comunicação que você falou, muito bonito, mas eu não vejo esse magnetismo de como, então, São Paulo está conduzindo e estruturando a agenda. São Paulo está, mas isso não transparece na metodologia que é cumprir o programa Município Verde Azul, embora seja bastante importante cumpri-lo. É isso.

Orador B: Obrigada, Vivian. Agora, vamos passar a palavra para Carlos Alberto também. Por favor, Carlos.

Orador D: Bom dia a todos novamente. Parabéns, Vivian, pela apresentação. Eu também sou novo aqui, desculpe-me se eu estou fazendo algumas perguntas simples. A primeira é uma curiosidade: dos 645 municípios do estado, quantos que aderiram a esse programa e como é que a cidade de São Paulo está posicionada, historicamente, em relação a isso? A segunda pergunta, eu acho que vem na linha da pergunta anterior. Quer dizer, eu sou empresário e nós temos uma dinâmica, todo mundo está trabalhando com a agenda SG, uma coisa importante e necessária, inexorável, todo mundo quer uma São Paulo inclusiva, sustentável, conectada, dinâmica, moderna. Então, qualquer ação nesse sentido é muito bem-vinda. Agora, eu acho que a pergunta é, realmente, na linha da colega anterior, se faz sentido. Se esse é o melhor instrumento gerencial para a cidade, por que São Paulo é um país. São Paulo não é uma cidade, não dá para comparar com nenhuma outra cidade do município, e nós precisamos de metas ousadas, metas específicas para a cidade, que ela tem problemas diferentes das outras cidades. Então, nós sempre temos uma dinâmica, quando nós fazemos um programa, nós fazemos uma análise crítica e, se não está funcionando, nós tentamos fazer de um outro jeito. Então, ouvindo, tendo contato pela primeira vez e, mais uma vez, desculpando-me pelo desconhecimento, mas será que não tem muita energia para pouca coisa? Essa é a impressão que me passa ouvindo você falando e respondendo à pergunta anterior também. Obrigado.

Orador F: Obrigada, Carlos. Então, pela sua primeira pergunta. O número de municípios signatários varia conforme governos, conforme gestão. Toda virada de governo, cada município é convidado a reiterar o compromisso, na figura do prefeito eleito, para que ele tenha conhecimento do que é o programa e submeta, novamente, o termo de adesão, indicação da equipe que vai fazer a coordenação e tudo mais. Então, varia. Tem ano que nós temos, teve ano que nós já tivemos os 645 municípios totalmente compromissados, tem ano que é na base de 400, tem ano... Nunca é menos que 400, 400 e tantos municípios. São Paulo, como eu comentei, ele flutuou. Também é uma coisa que é importante destacar: de 2008 para cá, mudaram bastante as regras, de 2008 até 2018, era ditada uma resolução anual, mudando as regras de como seria feito o ranqueamento, o acompanhamento, a pontuação e tudo mais e o que as equipes técnicas deveriam integrar. Então, esse relatório teve uma profusão de formatos, isso nos enlouquecia, tecnicamente, porque todo ano existia uma complicação, uma diferença, uma mudança, na maneira de fazer. E aí, São Paulo muito pressionou também, e os demais municípios, para que

se estabelecesse uma coisa mais consistente e que nós tivéssemos, então, esse alinhamento para que conseguisse criar até comparabilidade. Eu não consigo, se eu pegar para você o relatório de 2012 e comparar, agora, com o relatório de 2020, eles não são comparáveis, porque eram metodologias diferentes. Embora, para fins práticos, em termos de ranqueamento, está lá o posicionamento de São Paulo, de dar um panorama. Então, isso vai flutuar conforme cada ciclo ambiental. Lá no site de Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente, eles trazem todos os municípios do estado, eles têm um diretório que traz todo, desde o início do programa, até o ano do ciclo vigente, o conjunto de ações, nós podemos até disponibilizar aqui, depois, o link do programa na coordenação estadual. E aí, vocês que tiverem mais curiosidade, podem olhar também. Outra coisa importante é isso que você comentou: o papel da sociedade Civil, ou do setor produtivo, vamos assim dizer, dos empresários, nessa questão de como conduzir a agenda, também começou a aparecer, mais diretamente, no programa, de uns tempos para cá. Então, nós temos o Empresário Amigo do Meio Ambiente, como é que você faz parcerias? Vocês, do ponto de vista de setor privado, oferecem parcerias com o Setor Público para poder impactar a agenda ambiental. E aí, fazer essa correlação com o município Verde Azul. A partir disso, também poder capitalizar, vamos assim dizer, o Selo Verde Azul. Nós temos várias empresas, por exemplo, que nos procuram, como coordenação do município, querendo que nós certifiquemos, só que nós só executamos. No fim das contas, nós somos signatários e estamos executando. Então, é isso também. Falta uma clareza, e nós temos exigido isso lá da Coordenação do Estado, de como nós posicionamos melhor os atores na mesa, para que nós consigamos uma melhor sinergia, não só de parte do Poder Público, mas também o impacto do que seria a Sociedade Civil, ou um CADES, como o nosso, super articulado, olhando para essas coisas. O outro ponto do que você comenta: não é muito esforço? Eu vejo que é, não vou te enganar. Mas, ao mesmo tempo que nós respondemos o sistema do Verde Azul, nós também temos que responder questionários internacionais, em relação à ação climática, nós respondemos questionários internacionais de biodiversidade, nós respondemos outros instrumentos. Então, do ponto de vista de informações ambientais, que é de onde está partindo essa coordenação, planejamento, divisões de informações ambientais, a nossa competência principal é reunir o que são as demandas de meio ambiente, pensar quais tipos de estruturas e relatórios, nós conseguimos compor e responder, e aí sim, uma vez provocados e uma vez que a prefeitura assumir esse compromisso, estabelecer o atendimento. Esse atendimento, por ora, fica nessa perceptividade de que não tem impacto, entre aspas, do ponto de vista de comunicação, porque São Paulo faz muito mais. Só que, ao mesmo tempo, nós também estamos envolvidos em muitos outros relatórios e sistemas de monitoramento, de temática também

bastante importante e que reverbera um melhor do que é a política ambiental do município de São Paulo. Inclusive, aqui, o CADES, você sendo novo, você vai perceber que o CADES é a plenária onde nós costumamos trazer os planos setoriais, nós costumamos trazer para onde está caminhando a política, nós temos aqui o braço do gabinete da SVMA para ajudar na condução dessa articulação com a Sociedade Civil, com outras secretarias e tudo o mais, para fomentar. Agora, eu não poderia me recusar, ou a secretaria, enfim, já que é um compromisso da cidade, como também é um compromisso da cidade com, sei lá, C40, para definir a questão da mudança climática. [inint] [01:19:12] para definir questões de florestas. Então, é isso. Nós acabamos, como entidade pública, manifestando e tendo que atender. E aí, tem vários níveis de atendimento e, só te deixando claro, nós, realmente, fazemos muito mais, e que esse muito mais, muitas vezes, vêm rebatido nos planos setoriais e nos acompanhamentos das agendas específicas, seja das unidades da SVMA, que tocam isso com bastante competência, o gabinete, enfim, ou a própria prefeitura, quando nós temos que articular com os núcleos ambientais das demais secretarias. É isso.

Orador D: Ok, obrigado.

Orador B: Obrigada, Vivian.

Orador A: Perfeito, Vivian.

Orador B: Agora, tem uma pergunta da Célia Marcondes, por favor.

Orador H: Olá, bom dia a todos. Obrigada por estar [inint] [01:20:00]. Conforme disse a Vivian, cada prefeito que inicia o seu mandato, voluntariamente adota ou não, o município Verde Azul. Então, não é uma imposição, é voluntário isso, ele faz se quer. É muito difícil você encontrar um prefeito comprometido com essas questões, só se o município está envolvido, tem gente envolvida. É um trabalho de início de mandato desse prefeito. Eu acompanhei isso, porque eu estava, inclusive, no lançamento desse programa do estado, do município Verde Azul. E lutamos arduamente para inserir a coleta de óleo comestível, dentro do programa da reciclagem, porque ninguém falava desse assunto, até então. O óleo que você joga fora desaparece nas águas e ninguém vê. Bem, deste então, iniciamos uma luta. Para ter uma ideia do tamanho, da dimensão das coisas, hoje, em São Paulo, a [inint] [01:21:04] já representa a coleta de um milhão e 600 mil litros de óleo por mês, enquanto que municípios vizinhos coletam 30 mil, 40 mil litros de óleo. Ou seja, São Paulo é macro. Chegamos à cidade que mais coleta resíduo de óleo no planeta. Mas não há uma boa articulação entre nós, Sociedade Civil, as secretarias e o

governo. Fica cada um falando em um canto. O que me parece, nós ficamos em uma luta árdua falando sozinho e não há uma interatividade, um trabalho de orquestra, em que nós devíamos estar tocando os instrumentos em conjunto, para que isso rodasse a roda e que nós pegássemos a velocidade que precisa ter. É um trabalho árduo, sim, eu imagino que a Vivian está fazendo porque, às vezes, fica falando sozinho em um canto, falando, falando, falando e as coisas não andam, não vão. Outra coisa, é difícil você envolver as outras secretarias, porque elas também não se conectam. É insano, deve ser insano o trabalho que você tem que evitar para isso, mas parar é a pior das coisas. Ela tem que lutar, mesmo, está certo, tem que acreditar e ir em frente. Agora, uma proposta é: nós precisaríamos ter um site ou um instrumento que conversasse com a educação, com a cultura, com a arte, com a sociedade civil organizada, que isto fosse muito mais divulgado, que fosse apenas um programa de governo meio fechado. Isto eu vivo na prática com a sensibilização, coleta e reciclagem de óleo comestível, que é um sucesso internacional. Eu converso com gente no Canadá, com gente na Europa sobre o assunto, que é fantástico o trabalho que é feito pela entidade, mas que o próprio governo é que não conhece. Nas gestões passadas, um deles veio correndo, interessado, porque nós somos um case mundial de coleta de óleo comestível, que não existe, praticamente, isso de porta a porta, de casa em casa, mas o governo municipal só queria cortar a fita e entrar para o Guinness Book. E aí, nós não concordamos. Precisa trabalhar em conjunto, precisa ser uma ação coletiva, de governo, de sociedade, de povo, de educação, de cultura. Ou seja, todos juntos em uma causa. Afinal, se o barco afundar, vamos afundar todos juntos. Então, a proposta é criar um instrumento para que esse Verde Azul seja, na prática, conhecido por todos, para que ele seja amplamente divulgado, inclusive, nas escolas. Eu estou com parcerias em escolas do estado e do município para instalação de coleta de óleo, de colocar container, as crianças trazerem. Em cima, fazer um trabalho de educação ambiental e daí falar de município Verde Azul, o que é o verde, o que é o azul, nesse sentido de um programa de município? Então, vamos lá, vamos juntos. Temos que trabalhar, sim, e, agora, mais do que nunca, porque a situação, a água está chegando aqui. Obrigada.

Orador F: É, Célia, é verdade. Mas só também dando esse panorama, esse esforço que nós comentamos, assim, a Secretaria do Verde faz o seu papel na questão de buscar os parceiros. Nós, antes da pandemia, estabelecemos workshops, nós temos essa questão de vir falar ao CADES, nós puxamos articulação com diversos gabinetes, enfim, para tentar, realmente, posicionar a política. O que eu observo, particularmente, do lugar que eu estou desde 2012, vamos assim dizer. Nós também temos uma mudança progressiva de cenário. As temáticas de

meio ambiente, se nós formos considerar de 2008 para cá, nós já estamos falando de 12 anos, 12, 13 anos. As temáticas de meio ambiente, de lá para cá, também tiveram um avanço expressivo, até por conta da pressão da sociedade civil, do entendimento do que é coletivo, do que precisa ser, realmente, uma responsabilidade partilhada. inclusive, nós vimos, desse íterim para cá, as secretarias criando núcleos específicos de meio ambiente, de educação ambiental e de tudo o mais. Então, são ações que nós vemos que começaram a galgar, que estão acontecendo. Nem por isso, a SVMA parou de fazer o atendimento, como município. Eu enxergo, hoje, um cenário mais positivo, ainda mais do ponto de vista, quando São Paulo vem, propõe a agenda 2030, por exemplo, que é um nível de detalhamento impressionante, se nós formos considerar, 135 metas que estão lá relacionadas, todas tem rebatimento, por exemplo, no Verde Azul, e nós temos esse alinhamento, como eu comentei. De tentar puxar os nossos instrumentos estratégicos também com foco na sustentabilidade, da qualidade ambiental. Então, é essa mudança de cenário. Nós vamos continuar, nós esperamos que a participação venha mais efetivamente, que nós consigamos nos comunicar melhor, nós, agora, estamos com uma nova equipe de governo, enfim. No sentido de outros partícipes que estão entrando agora. Mesmo aqui no CADES, colegas que eu ainda não conhecia, a SVMA, apesar de fazer todo o ciclo, nós fazemos as comunicações, pomos notícias no site, fazemos as chamadas de secretaria, os secretários mandam e-mail, manda ofício, manda tudo. É o gigantismo da cidade. Essas coisas acabam diluídas, infelizmente, mas elas continuam acontecendo. Então, é o gigantismo da cidade, quando está falando de mata atlântica, é o gigantismo da cidade quando está falando de gestão de água, é o gigantismo da cidade quando está falando de gestão ambiental. Então, estamos aqui, é um grande esforço, sim. Não vamos parar, com está posto, até porque não houve recuo no compromisso, é voluntário, mas São Paulo, uma vez que virou signatário, nunca recuou desse compromisso. Acho um importante, durante um tempo, era o que marcava mesmo a agenda ambiental, só que a nossa agenda ambiental, particularmente, teve uma grande evolução nos últimos três, vamos dizer, especialmente, nos últimos três, quatro anos, de 2017 para cá, com a edição dos grandes planos setoriais relacionados à biodiversidade, gestão de meio ambiente, eu estou falando dos quatro planos verdes e o plano de ação climática, que são robustos. E também a própria agenda 2030 entrando agora e colocando São Paulo também no mapa dessa questão do desenvolvimento sustentável a nível continental, nível global, enfim. Eu acho que o cenário agora é mais positivo e aí, talvez, nós consigamos continuar comunicando melhor. Nós já temos esse apoio dentro da secretaria, precisa ainda estruturar mais apoio na secretaria de governo e nas demais secretarias que são partícipes conosco no programa, mas é continuar caminhando. E aí, nós queremos, assim, nós

fazemos até o convite: vocês que têm ações relacionadas com essa pauta, se puderem, também, procurar. Às vezes, nós ficamos aqui patinando e que ação, que proatividade, que iniciativa nós vamos puxar esse ano para podermos levar de exemplo. Isso entra nos cadernos estaduais, São Paulo pode opinar, tecnicamente. Têm município que nos pedem, como é que podem fazer essa articulação, tem uma troca técnica, uma troca de expertise também muito interessante. Então, aquilo, você comentou essa questão do óleo, naquilo que for possível, nós também conseguimos ser parceiros, ter vocês também, por exemplo, já com esse braço, dentro das escolas municipais, promovendo esse tipo de ação. Então, como é que nós pomos lá o pessoal do NEA, do Núcleo de Educação Ambiental dentro da Secretaria Municipal de Educação para entender e absorver também isso daí. Eu acho que é isso, vocês têm que nos procurar, nós precisamos continuar fomentando e trabalhando. É o que nós conseguimos, ainda com a limitação, porque nós temos as questões também estruturais e de equipe, mas nós estamos caminhando.

Orador A: Perfeito, Vivian. Aproveitar e chamar a atenção sobre a diferença da análise quantitativa e qualitativa. São diversos planos que nós temos pela frente. São Paulo, como foi dito pela Vivian, pela Liliane, por outros, deve ser avaliado de forma qualitativa e não quantitativa, pela complexidade da grande metrópole. Lembrar que nós fazemos parte de diversas organizações, C40, desenvolvemos outros programas, [inint] [01:30:06], diversas outras ações para fomentar e desenvolver as ações de meio ambiente. Meio ambiente é um assunto e uma pauta transversal. Praticamente, todas as secretarias do governo fazem parte ou têm, de alguma forma, influência, envolvimento na pauta ambiental. Então, apesar de nós, eventualmente, em um programa como o Verde Azul, nós não conseguirmos um score significativo, o que eu falei, o que se foi falado sobre qualitativo e quantitativo. Se nós pecamos no quantitativo, o qualitativo nós, qualquer ação, as ações que nós tomamos são, realmente, diferenciadas e o Governo tem, a prefeitura, ainda sob a gestão do Bruno Covas, desenvolveu muito, focou muito no ambiente e continuamos focados. As ações, os desenvolvimentos, os programas, novos, nós estamos sempre abertos, para trabalhar com as organizações e dar o apoio da secretaria no envolvimento e na participação em pegar essas boas práticas e tentar implantá-las, conversar com o legislativo para que os bons programas sejam aprovados e implantados.

Orador B: Rosélia levantou a mão. Por favor, Rosélia.

Orador I: Sim. Obrigada. Pegando esse gancho do secretário. Bom dia a todos. Também nós

estamos assim, realmente, em um momento de bastante necessidade. Vocês estão ouvindo?

Orador A: Estamos sim, Rosélia.

Orador I: Então, realmente necessidade de nós focarmos, nos juntarmos, mesmo, para podermos ir para frente, para rodar a roda, como disse a Célia. Nós estamos assim, lá no planejamento, nós estamos tentando algumas iniciativas já também, até de cuidar das áreas verdes, que nós estamos perdendo muitas áreas verdes na cidade e tentando fazer essa costura com a sociedade civil. Então, nós temos, hoje, uma pasta bastante envolvida com essas áreas verdes, porque nós tivemos também, na gestão em 2008, no tempo de 2008, nós compramos muitas áreas, para fazer implantação de parques. Nós não temos conseguido cuidar deles adequadamente, por conta de vários motivos. Então, nós estamos contando, hoje, com a Sociedade Civil também, que tem que se organizar, nós vemos também que a sociedade civil são várias sociedades civis e nós estamos tentando, em torno de um projeto, como é que nós conseguimos articular, formar redes. Então, nós estamos fazendo em dois pontos, hoje, na cidade, que é no Cocaia, no Grajaú e no Itapiúna, na Vila Andrade. Tentando olhar essas áreas verdes que estavam reservadas, estão reservadas para parques e tentar construir o programa, um plano de atividades. Porque nós saímos um pouco dessa ideia de que, primeiro, nós temos que fazer, comprar área, cercar, fazer o projeto, fazer o levantamento e, depois de 20 anos, abrir o parque. Então, eu acho que esse jeito de fazer, nós temos que mudar, porque a realidade está nos atropelando. Eu acho que... Então, assim, hoje, nós também queremos, mesmo, contar muito com a Sociedade Civil, para nos ajudar, porque eles estão lá, quem mora ali perto é que está lá, olhando tudo. Nós não temos mais capacidade. Hoje nós temos uma secretaria muito mais reduzida, com menos recursos. Com a pandemia também, nós temos menos mobilidade. Então, tudo isso faz com que nós precisemos, mesmo, do olho local, da pessoa que está lá. Então, eu acho que é importantíssima a discussão, porque nós estamos pensando mesmo, começando a fazer esses dois projetos, em que nós estamos construindo juntos o que dá para fazer nesse local. Porque, às vezes, não são só obras, são atividades que podem animar o local. O uso daquela área, de uma outra forma, vamos dizer assim. Então, é um pouco, nós estamos tentando construir um pouco isso, porque, realmente, a realidade está nos mostrando que nós temos que mudar algumas condutas. Então, é isso. Obrigada.

Orador A: Aproveitando o gancho da Rosélia, acho que é meio daqui também. É fundamental que nós fomentemos, que nós desenvolvamos, que nós consigamos, é a minha visão, pessoal, que nós desenvolvamos, fomentemos e criemos à medida do possível, mais iniciativas na

educação ambiental. Procurar [inint] [01:36:34] educar a população e ensinar, explicar, desenvolver o apoio da população é muito importante. Como a Rosélia falou, nós temos limitações, limitações pessoais, limitações orçamentárias, mas nós trazemos a população, investir na educação ambiental e desenvolver, ensinar o que tem que ser certo, como é que a cidade pode melhorar, em termos ambientais, é muito importante.

Orador J: Posso dar uma palavrinha?

Orador B: Pode sim, Meire. A Meire é da [inint] [01:37:23]. Por favor, Meire.

Orador J: Desculpa, eu estava com os dois ligados. Acho que agora... Então, aproveitando a palavra da Rosélia, da nossa conselheira e do nosso secretário. Assim, é uma paz estar fazendo um esforço para trazer a comunidade junto conosco. Nós precisamos de braços, eu acho que é o nosso papel juntar todos os esforços. Não vai ser uma coordenação, nem uma secretaria que vai dar conta de tudo que nós temos para fazer no meio ambiente, na cidade de São Paulo. Nós estamos nesse processo, a Rosélia bem disse, eu estou com pessoal, trabalhando muito intenso, também com os conselheiros. Nós precisamos de todo mundo junto. Para nós, seria uma grata alegria se nós conseguíssemos mapear todas as organizações que cuidam do meio ambiente, que cuidam da cidade com carinho, que cuidam das nossas árvores, que cuidam dos nossos resíduos, que não são poucos, são muitos. Nós precisamos estar muitos alinhados a eles, trabalhando em rede. E é esse o esforço que nós estamos fazendo. Então, há uma [inint] [01:38:33] está com uma escola, no extremo Sul da cidade de São Paulo. Nós estamos querendo replicar essa escola ou esse cantinho para todas as regiões da cidade de São Paulo, mas, sem dúvidas, nós precisamos de todos os apoiadores juntos a nós. Porque, sozinhos, com certeza, não vamos conseguir muita coisa. A Rosélia bem disse, nós não temos orçamento, orçamento é restrito, nós não temos pessoal. O pessoal que nós temos, não chega nem a um cento da população da cidade de São Paulo. Então, é isso. Para educação ambiental, nós temos que estar juntos, para nós podermos fazer uma São Paulo melhor. Concordo muito com a Vivian, assim, todo instrumento é válido. Quanto mais instrumentos nós tivermos para mapear o que nós estamos fazendo, dentro da cidade de São Paulo, é muito importante. Não é cansativo, mas é muito trabalhoso. Nós precisamos desses instrumentos, porque se nós não tivéssemos esses instrumentos, nós não daríamos conta de fazer tudo na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo, como diz o nosso conselheiro, é um país. Ele é um país. Nós temos que ter várias mãos, vários instrumentos, ter esforços em todos eles, para que nós possamos demonstrar para vocês o que, realmente, a cidade está fazendo e como é que a cidade está fazendo, e o que nós

precisamos com esses instrumentos, nós descobrimos o que nós não estamos fazendo e o que nós precisamos fazer. Obrigada. Só mais um minutinho. Nós também vamos ter, para o futuro, nós estamos trabalhando em um plano, começando agora, está engatinhando, um plano de educação ambiental no município de São Paulo. Então, com certeza, os nossos conselheiros vão ter que nos ajudar muito, nós vamos, através da sociedade civil, das organizações, para nós montarmos esse plano, um plano com bastante sustância para a cidade de São Paulo. Obrigada.

Orador A: Obrigado, Meire.

Orador B: Obrigada, Meire. Por favor, o senhor José Ramos levantou a mão, pela [inint] [01:40:53], logo em seguida, a Mônica também levantou.

Orador E: Bom, bom dia, mais uma vez, pessoal que entrou. Uma vez, eu conversei com Carlos, em uma das nossas reuniões, que eu acho que a secretaria tem... Como o Dario falou, o time é pequeno, uma deficiência de marketing muito pesada. Eu acho que teria que ter uma equipe de marketing para divulgar as secretarias e os seus posicionamentos. Para contribuir com a Vivian, dentro dessa questão de gestão ambiental, veja só, nós temos instrumentos que, às vezes, nós nem percebemos. A Célia foi perfeita em expor o trabalho que eles realizam. Agora, olha que detalhe interessante: eu tenho nove anos de CADES. Até eu brinco, com a Dona Maria, que eu vou ganhar uma plaquinha de patrimônio do CADES. Vocês têm 32 CADES, gente, olha a oportunidade que vocês têm agora. Nós temos eleições para 32 CADES, que multiplica para 16 pessoas, os CADES, hoje, para vocês terem ideia, os CADES regionais, têm profissionais já extremamente qualificados. O CADES da Vila Maria tem três gestores ambientais, além disso, tem alguns coletivos importantes. Agora, imagine os 32 CADES mandando informação das suas atas para a Vivian. Que a Vivian, recebendo isso, as notificações, o que está acontecendo em cada ponto da nossa região. Então, Carlos, olha só o instrumento que nós temos na mão e que, até brinquei. Ontem, conversando com Fernando Martins, porque nós colocamos uma reivindicação e, no final, eu vou falar um pouquinho sobre isso. Mas, rapidamente, nós vamos poupar para a próxima. Porque, olha só, Vivian. Nós temos aqui um clube chamado Tomás Manzoni. Ele tem uma área de bosque florestal grande. Então, o que a secretaria de esporte fez? Contratou uma empresa e fez uma supressão arbórea extremamente agressiva. Então, a nós, enquanto conselheiros do CADES, nós fizemos, fomos visitar o local, por conta de uma denúncia. O que aconteceu? Nós fizemos todo o relatório, profissionais, e pedindo o laudo para esse engenheiro agrônomo da empresa, etc. Então, a partir de aí, são informações que deviam chegar. Estou falando, especificamente, o CADES Vila Maria. Mas

se todos os CADES passam a informação, você tem uma fotografia de toda a São Paulo. Não somente da Zona Sul, daquelas específicas, mas de toda a periferia. E aí, você faz a composição. Por exemplo, a nossa divisa com Guarulhos é extremamente conflitante. Se vocês vierem um dia aqui, você vai sentar e chorar. Porque é um município complicado, de relação. Nós estivemos, agora, recentemente, a alteração da Lei, junto aos municípios periféricos da nossa capital, teve alteração recentemente. Realmente, é muito difícil esse relacionamento e os impactos de vizinha produzidos pelo município ao lado. Justamente onde? Para cima da nossa população aqui do entorno. Então, essas fotografias que você tem, por exemplo, do CADES Santana, que está junto à Serra da Cantareira, CADES Jaçanã, que já é parte da Serra Cantareira, com invasões de ocupação, etc. Você consegue, Vivian, descrever toda São Paulo, uma fotografia das atas. Então, Carlos, eu acho que uma primeira ação após a entrada de todos esses CADES, que vai ser algo assim, inédito. Daqui dois anos, Meire, por exemplo, a cada dois anos, vai ter uma grande festa em São Paulo das eleições dos CADES. Pô, mas seria maravilhoso. Porque sim, aí sim, ia atender o Carlos que quase suplicou, junto com a qualidade de uma fotografia melhor da cidade e se aparelhar. Eu acho que esse é o grande momento, é o grande momento. A Célia falou coisas maravilhosas. A referência planetária. Quantas outras coisas nós temos e estão passando a informação e nós não percebemos. E assim, para finalizar, o CADES regional, eu acho que esse é o grande caminho. É o grande caminho. De vocês identificarem pessoas maravilhosas, que estão lá no cantinho, liderança, sabe? Que querem e desenvolvem trabalho na área ambiental. Eu acho isso formidável e esse é o grande momento, Vivian, para você começar a trabalhar bastante, obtendo as fotografias...

Orador F: Na verdade, Ramos, já está sendo um radar. Eu, na coordenação da Câmara Temática e [inint] [01:46:03] sustentável, nós estamos fazendo um trabalho muito pormenorizado com a coordenação de gestão de colegiados na SVMA, que está tocando a eleição dos 32 CADES regionais. Nós entendemos que esse momento inédito, de eu, finalmente, levantados os 32 CADES regionais, é oportuno para que nós façamos a previsão, novamente, dentro das capacitações desses CADES regionais, a temática do Verde Azul, demais temáticas dos planos setoriais. Como nós queremos que os planejamentos estratégicos de meio ambiente cheguem às pontas e como nós recebemos a execução do que acontece nas pontas. São muitos universos diferentes, se eu falar da Zona Leste é diferente de falar da Zona Sul, que é diferente de falar da Oeste, enfim. Mas isso já está no plano. Estão vindo indicadores relacionados às regionais, na agenda 2030, nós temos indicadores dentro do Verde Azul, relacionados à CADES regionais, nós temos conversado bastante com os [inint] [01:47:03] nesse sentido. Justamente

para entender como fazer a descentralização da gestão, na ponta, no sentido de resposta que nós temos dos organismos que estão, formalmente, instituídos para serem o braço consultivo da SVMA, por exemplo, que são os próprios CADES regionais. Então, isso já está no radar. E aí, eu vou pedir, gentilmente, os conselheiros que estão aqui, têm ações em CADES regionais que, realmente, manifestem-se, que, realmente, procurem as equipes da secretaria, na pessoa lá da Meire, que seja, na questão da divulgação, na parte de educação, planejamento. Isso que a Rosélia mencionou é super importante. Eu acho que é isso, essa construção de redes e entender o coletivo, que é fazer a qualificação ambiental do município. É o que eu falei, nós estamos em um cenário muito oportuno, em que a temática foi abraçada, efetivamente, pelos governos, em que as agendas estão sendo colocados. Precisa, agora, serem aplicadas. E aí, sim, faz todo sentido. Obrigada pela lembrança.

Orador A: Perfeito, Vivian.

Orador E: E um detalhe, viu, Vivian e Carlos. Desculpem-me. Também tem que dar o [inint] [01:47:58] com os nossos subprefeitos, que eles estão precisando. Sempre eu reforço isso que, realmente, eles complicam muito a questão e eles precisam visualizar. Tanto é que, ontem, eu fiz uma distribuição, o Carlos, com certeza, vai tomar conhecimento. Eles precisam, de fato, também, receber orientações sobre o que é o CADES e a sua função. Bom, obrigado, vamos em frente.

Orador A: É um cabo de guerra.

Orador B: Obrigada.

Orador A: Queria ressaltar a oportunidade que nós estamos passando, agora, com as eleições unificadas do CADES. Porque todo um grupo de novos apoiadores, eleitos em um único momento, em um mesmo momento, todo mundo chegando cheio de energia para trabalhar pelo meio ambiente, é algo que nós esperamos, realmente, que nós consigamos potencializar as ações e organizar melhor, criar projetos que gerem influencia grande na cidade. A minha expectativa, a expectativa da secretaria é, exatamente, essa. Nós estamos sempre abertos e contamos com a presença, com os inputs, com as observações, com as sugestões de todos os conselheiros. Nós estamos aqui para desenvolvermos São Paulo.

Orador B: Obrigada, Carlos. Eu vou encerrar a palavra com a Sônia. Tem a Mônica e tem a Sônia. Então, quanto à manifestação, a última vai ser a Sônia. Então, a Mônica seria agora.

Orador K: Bom dia a todos. Obrigada. Excelente apresentação.

Orador B: Fala de onde que é.

Orador K: Eu só queria deixar aqui... Ah, eu sou Mônica do programa Verdes Ambientes Saudáveis da Secretaria Municipal de Saúde. Eu quero dizer aqui que nós estamos super à disposição para trabalharmos juntos, fazer parcerias e nós estamos já em conversa com a Secretaria Municipal do Verde Meio Ambiente, para essa questão de plantio de árvores, zeladoria. Nós estamos presentes por meio dos agentes de promoção ambiental, em mais de 70% das unidades básicas de saúde. Trabalhamos diretamente com a população, na questão de educação ambiental e saúde. Também estamos conversando com a Rosélia, com projetos que ela está desenvolvendo. Super à disposição também para trabalhar juntos. E também agradecer a Meire, que nós estamos fazendo também, eles estão, uma pasta proporcionando um curso super bacana. Ontem foi o primeiro dia de aula, todo mundo elogiou, de hortas e [inint] [01:50:57]. Então, eu só quero deixar aqui para dizer que nós estamos super à disposição em parcerias.

Orador A: Obrigado, Mônica.

Orador B: Obrigada, Mônica. Por favor, Sônia?

Orador L: Bom dia a todas, a todos, a todas. Eu pedi a palavra, agora, ao final, eu tive que sair no meio da reunião, mas pude voltar. Eu queria pedir, como sugestão de pauta, uma pauta que eu pedi, não foi só eu que pedi, sobre a proposta de revisão do plano diretor estratégico para o executivo, se eles poderiam fazer uma apresentação para o nosso Conselho, porque eu acho que tem muito a ver com o meio ambiente. Eu queria também propor um ponto de pauta sobre a legislação que foi aprovada pela câmara e publicada, nesses dias, que é do [inint] [01:52:02]. Eu acho que tem também uma possibilidade de nós aproveitarmos essa oportunidade para fazermos reivindicações no sentido de que, no centro da cidade, nós tenhamos qualidade de vida e meio ambiente. Eu queria também chamar a atenção para supressão arbórea, que está bastante ativa na cidade. Pelo menos, nós temos tido notícias de muitas autorizações de supressão arbórea. Eu tenho a impressão que tem também ligação com esse movimento de crescimento imobiliário. Então, eu queria chamar a atenção. Eu acho que, talvez, essa possibilidade de os CADES fazerem uma atuação mais próxima, nos seus territórios, sobre esse assunto. Seira bastante interessante. Então, se nós pudéssemos também ter, da secretaria do verde, um parâmetro do que está acontecendo, com relação às solicitações de supressão

arbóreas na cidade, por território, também seria bastante interessante. Então, três pontos de pauta que eu estou aqui sugerindo. Obrigada.

Orador B: Obrigada, Sônia.

Orador A: Obrigado, Sônia.

Orador M: Bom dia, Sônia. Tudo bom? Aqui é o Sérgio. Eu estou em substituição ao diretor, que é o Lucas. Em relação a sugestões de pauta, nós já recebemos o seu e-mail e nós encaminhamos para a coordenação que trata sobre esses assuntos. Esse outro assunto que você está querendo colocar em pauta, eu gostaria que você mandasse e-mail para o CADES, para que nós possamos encaminhar para a coordenação respectiva.

Orador L: Está ok, eu vou encaminhar o e-mail. Eu queria também colocar que o meu chat não está ativo aqui, então, eu não estou conseguindo escrever. Desde o começo da reunião, eu não começo escrever no chat. Obrigada.

Orador M: Perfeito, obrigado, Sônia.

Orador B: Obrigada, Sônia. Passamos, agora, para o terceiro e último ordem do dia. Sugestões e pautas da próxima reunião de assuntos gerais, eu peço, por gentileza, que seja encaminhado para ca-des@prefeitura.sp.gov.br. Alguém levantou? Desculpa, mas a Célia levantou a mão, que me avisou agora. Célia, gostaria de falar?

Orador H: Sim, eu tinha levantado a mão para falar, exatamente, sobre a questão da arborização e para falar da supressão de árvores que vêm acontecendo em São Paulo. Duas grandes delas provocadas pelo metrô.

Orador B: Certo, isso é sugestão de pauta, não é?

Orador H: É. Então, eu vou, como você explicou, eu vou pedir através do e-mail. Obrigada.

Orador B: Por favor, obrigada. Dando encaminhamento para o término dessa reunião, agradeço a todos pela presença, por todos aqui presentes e desejando para vocês um ótimo dia. Passo, agora, a palavra para o nosso presidente da mesa, nosso secretário Carlos.

Orador A: Eu, pessoalmente, acho que a reunião foi muito bacana. Nós tivemos grandes apresentações, colaborando com o entendimento. Queria agradecer a presença de todos,

desejando uma semana, um final de semana com saúde, com harmonia e sucesso a todos. Dou por encerrada a reunião.

...

Fim da Transcrição [01:56:42]